

**A precarização de políticas  
públicas e suas repercursões  
na auto-sustentação dos kaingang  
do oeste catarinense**

**Neusa Maria Sens Bloemer**

Universidade do Vale do Itajaí Itajaí Brasil  
neusabloemer@hotmail.com

**Aneliese Nacke**

Núcleo de Estudo dos Povos Indígenas Florianópolis Brasil  
aneliese.nacke@hotmail.com

## Resumo

Este artigo trata da população kaingang no oeste catarinense localizada nas áreas indígenas de Xapeco Toldo Chumbangue Toldo Pinhal Toldo Imbu e Aldeia Conda terras que se encontram em diferentes condições jurídicas. A situação socioeconômica deste povo comprova que as políticas públicas não atendem as suas demandas e reivindicações dificultando a reprodução social das unidades familiares especialmente daquelas que resistem ao modelo de agricultura produtivista. Neste processo fica caracterizado que o Estado brasileiro continua se omitindo como o fez historicamente no atendimento as solicitações dos indígenas bem como de suas responsabilidades descumprindo o que determina os direitos constitucionais desses povos.

**Palavras-chave** políticas públicas terras indígenas Kaingang

## Abstract

*This paper examines the Kaingang population in the west of Santa Catarina State located in the indigenous areas of Xapeco Toldo Chumbangue Toldo Pinhal Toldo and Imbu Village Conda territories which present different legal statuses. The socioeconomic situation of this group demonstrates that social and welfare policies do not meet their demands and claims hindering the social reproduction of family units especially those who resist the model of commercial agriculture. In this process it is clear that the Brazilian State continues to fail as it has in the past to attend to the demands of the Indians as well as to its responsibilities violating the constitutional rights of these peoples.*

*Keywords* public policies indian reserves Kaingang

## **Apresentação**

O presente artigo é uma reelaboração de parte dos conteúdos apresentados no livro intitulado<sup>1</sup> *Os Kaingang no Oeste Catarinense tradição e atualidade*, cuja publicação foi viabilizada pelo convênio estabelecido entre a Fundação de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Funcitec, atualmente denominada Fapesc

O conhecimento atualizado sobre a realidade vivida pelos indígenas deve ser uma das prioridades dos estudos etnológicos, necessários, inclusive, para a implantação de políticas públicas, que atendam as demandas dessas populações, garantindo seus direitos e respeitando as suas especificidades culturais

Esta versão é uma síntese relativa à situação atual das terras kaingang bem como às estratégias de exploração para a auto-sustentação das famílias indígenas, considerando-se a identidade diferenciada kaingang

Como recurso metodológico, recorreu-se a dados qualitativos e quantitativos, fontes documentais e históricas, a dados estatísticos e a laudos antropológicos. Visitamos e entrevistamos os indígenas em suas aldeias para ouvi-los em suas reivindicações, constatar suas satisfações, descontentamentos e condições de vida

Em diversas etapas de campo nas visitas às diferentes terras indígenas, realizadas nos anos de 2004 e 2005, executou-se, paralelamente, a aplicação de questionários aos agentes de saúde, professores e lideranças indígenas

## **Histórico**

Na região que hoje corresponde ao oeste catarinense, os indígenas tiveram suas terras expropriadas a partir da ocupação dos campos de

Guarapuava e de Palmas, datadas em 1938 e 1948, respectivamente. Ate então, para o estado brasileiro, a área em questão consistia num imenso ‘vazio demográfico’, que punha em risco a integridade do território nacional. Nesta visão, a presença indígena representava obstáculo ao domínio e exploração dessas terras. Assim, uma das estratégias utilizadas pelo conquistador foi a cooptação de lideranças indígenas para a eliminação ou o submetimento das facções *kaingang* hostis.

Diferentes ações foram deflagradas para viabilizar a ocupação dessas terras, que tanto cumpriam a função de guardião do território quanto assegurariam a sua exploração econômica. Em 1836, o governo da província de São Paulo a qual a região pertencia, criou um “destacamento de permanentes” para os Campos de Palmas, com o objetivo de promover a exploração dos recursos existentes, bem como o de proteger os novos povoadores que ali se estabelecessem (Renk, 2007, p. 18).

A criação das colônias militares de Chapecó e Chopim, nos Campos de Palmas (Decreto n.º 1.318/1854) atendia as mesmas preocupações. A primeira delas foi instalada onde se situa a atual sede do município de Xanxerê, em 14 de março de 1882. O decreto de criação definia como objetivos a defesa da fronteira, a proteção dos novos habitantes contra a incursão dos índios, a civilização dos indígenas através da catequese e o povoamento da área por agricultores. Contudo, a iniciativa não obteve o sucesso esperado. O fracasso foi atribuído à falta de apoio do governo imperial no atendimento às necessidades da referida colônia militar.

À mesma época, em 1881, houve a designação de um diretor de índios para a região de Palmas, cuja função era atender a população indígena que vivia em situação de desamparo. Atendia também à solicitação dos próprios colonizadores que não se dispunham a arcar com os custos de manutenção dos indígenas que sobreviveram ao processo de espoliação dessa fração de seu território pela frente pastoril que a ocupou. Não se pode deixar de mencionar ainda que

[ ] o excedente da população trabalhadora das fazendas de criar instaladas nos Campos de Palmas. Erê Iiam e Lages deslocou-se ao sul da região de Chapecó e ao norte na região de Manguieirinha e no Planalto de Canoinhas alcançando a zona de pinheiros e matos dedicando-se a pequena lavoura, a extração de madeira e erva mate. A atividade agrícola

e a indústria extrativa foram posteriores e a margem da pecuária atraindo a fração de menor capital econômico (Renk 2007 p 21)

De fato, conflitos decorrentes de disputas sobre limites geopolíticos marcaram a região. O primeiro deles, entre Brasil e Argentina, originou a Questão de Palmas ou Missões, tendo sido solucionado em 1895, através da arbitragem do então presidente dos Estados Unidos da América, que deu ganho de causa ao Brasil. Somente em 1903 os limites entre o Brasil e o país vizinho foram finalmente fixados.

Por outro lado, até 1916, a posse da região dos campos de Palmas esteve em litígio entre os governos do Paraná e de Santa Catarina. A questão foi resolvida pela intervenção do presidente da república Wenceslau Braz, por cuja decisão grande parte das terras que constituíam os Campos de Palmas passou a integrar o estado de Santa Catarina.

Com o mesmo propósito de colonizar a região, em 1889, o governo imperial concedeu à Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul, terras devolutas e nacionais, ao longo da ferrovia a ser construída, cujo trajeto atingia os vales dos rios Negro, Iguaçu, Peixe e Uruguai.

Essa concessão foi transferida para a Brazil Railway Company, que, por sua vez, transferiu as terras recebidas para sua subsidiária, a Brazil Development & Colonization Co. Posteriormente, esta companhia, atribuiu a várias empresas colonizadoras a tarefa de efetivar o povoamento das glebas recebidas. São estas empresas que promovem a ocupação da região por frente agrícola composta principalmente de imigrantes originários do estado do Rio Grande do Sul.

Não é difícil imaginar, considerando a extensão de terras desapropriadas, o grande contingente de indígenas<sup>2</sup> e caboclos expulsos para dar lugar às novas populações que chegavam à região.

Para os indígenas, participantes e vítimas desse processo, o governo do estado do Paraná – que no início do século detinha jurisdição sobre a região – reservou duas áreas de terras, Xapeco e Palmas, hoje Terra Indígena (TI) Xapeco e TI Palmas, nas quais parte dos indígenas e dos setanejos desalojados se refugiaram. Outro contingente permaneceu disperso pela região, sem, contudo, perder sua identidade étnica. Seus descendentes, a partir da década de 1980, organizaram-se para reivindicar a recuperação de frações de seus antigos territórios, reagindo, paralelamente, aos preconceitos e à discriminação sofridos historicamente.

O confronto que se estabeleceu com as diferentes frentes que atingiram a região em foco caracteriza uma relação de fricção inter-étnica (Oliveira, 1976), na qual os Kaingang vivenciam a condição de inferioridade, numa relação assimétrica e hierarquizada, que teve como resultado a perda de uma autoidentificação positivada

### **A constituição das áreas kaingang**

Os Kaingang constituem um dos povos indígenas mais numerosos do Brasil. Sua população de aproximadamente 25 000 habitantes concentra-se, em sua maioria, nas TIs localizadas em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul<sup>3</sup>. Uma parcela deste total vive em áreas em processo de regularização, especialmente, nos dois últimos estados. Outra parte reside na periferia de centros urbanos ou na zona rural, e, nessas condições, não recebem, ou recebem apenas parcialmente, a assistência disponibilizada aos indígenas situados nas TIs.

No que se refere ao Estado de Santa Catarina, mais precisamente na região oeste, dados fornecidos pela Funasa (2003, p. 3) indicam que o contingente indígena localizado nas TIs Xapecó, Toldo Chibungue e Toldo Pinhal, somado à população das áreas ainda em processo de constituição, Toldo Imbu, Aldeia Condá, Toldo Chibungue II e Toldo Pinhal II e Aldeia Kupri, totaliza 5 025 indivíduos<sup>4</sup>. É importante ressaltar que, embora a população kaingang represente maioria absoluta, estão incluídos nesses totais membros das etnias Guaraní e Xokleng.

As atuais TIs encontram-se localizadas em territórios tradicionais. Kaingang representam, contudo, fração ínfima dos espaços ocupados antes do processo de colonização. Ressalte-se que a concepção kaingang de território ultrapassa evidentemente as fronteiras das terras a eles destinadas pelo Estado brasileiro. Estão incluídos, nessa concepção, os locais nos quais estão enterrados os seus antepassados e os seus “umbigos” e onde pretendem enterrar suas cabeças. Esta percepção é evidenciada especialmente nos movimentos indígenas Kaingang pela recuperação das terras tradicionais. Para Tommasino, o território kaingang

[ ] comporta vários grupos locais onde se distribuem parentes e afins. Nesse espaço físico, grupos familiares (extensos ou não) e pessoas se movem constantemente formando uma ampla rede de sociabilidade cujos indivíduos compartilham uma experiência histórica e se

consideram participes da mesma cultura. Unifica os portanto uma consciência mítica, histórica e étnica. Essa rede configura o todo social que expressa a unidade sociopolítica mais ampla (1995, p. 10)

Esta rede de sociabilidade, que se estende para outras TIs Kaingang, propicia a circulação dos indivíduos ou das unidades familiares, motivada por visitas a parentes, busca de cônjuges, de trabalho, ou de refúgio, quando a situação na terra de origem se torna insustentável por motivos políticos e econômicos.

Dentre as TIs Kaingang hoje existentes no estado, a denominada Xaçecó é a que apresenta maior dimensão, tendo sido a primeira a ser constituída como terra indígena. Situada nos municípios de Ipuçu e Entre Rios, apresenta uma área de 15.623 hectares, cerca de 1/3 dos cinquenta mil hectares reservados aos Kaingang em 1902 (decreto nº 7 de 31/12/1902). Segundo a história oral dos indígenas, a doação constituiu pagamento pelos serviços prestados pelos indígenas liderados pelo cacique Vaicrê, na abertura da estrada que ligava os Campos de Palmas aos do Rio Grande do Sul (Santos, 1970, p. 44). Vivem nesta TI os indígenas das etnias kaingang e guarani, formando um contingente de 3.995 indivíduos. Os Kaingang somam 3.721 pessoas<sup>5</sup> (FUNASA, 2002, p. 3).

Na TI Xaçecó, os Kaingang reivindicam a recuperação de 660 hectares contíguos à área indígena. Em abril de 2007, o ministro da Justiça assinou portaria declaratória desta terra. Deve-se registrar, ainda, a solicitação dos Guarani da aldeia Limeira, localizada nesta TI, de uma terra específica para os integrantes deste grupo étnico. Até o momento não há providências sobre essa reivindicação.

Integrada ao "território tradicional kaingang" encontra-se a TI Chumbanguê, localizada às margens dos rios Irani e Lajeado Lamberdor, distante 18 km do centro da cidade de Chapecó.

A ocupação imemorial do Toldo Chumbanguê pelos Kaingang possibilitou recuperar parte de suas terras que foram regularizadas em 1985 pelo governo brasileiro, depois de uma longa luta política empreendida pelos próprios Kaingang, mas também apoiada por segmentos da sociedade civil.

Este processo estendeu-se até 30 de dezembro de 1985 quando, finalmente, por acordo político, determinou-se, naquele momento, que

seriam reconhecidos e demarcados 988 hectares, metade das terras reivindicadas pelos Kaingang do Toldo Chimbangue<sup>6</sup> A decisão foi oficializada pelo Decreto Presidencial nº 92 253/85

Absolutamente convencidos da necessidade de possuir a terra para se manter e se reproduzir como grupo étnico diferenciado, os Kaingang do Chimbangue continuam lutando para que as terras identificadas e reconhecidas pelo governo brasileiro em 1985<sup>7</sup>, como suas, sejam demarcadas o mais rápido possível Este ato resultara na ampliação da Terra Indígena Chimbangue, acrescentando 975 hectares aos 988 já demarcados e devidamente registrados

A portaria que declarou como area indígena a localidade de Sede Trentin foi assinada em 2000 Esta área vem sendo denominada de Chimbangue II, e encontra-se legalmente na situação de “declarada” pela Portaria Declaratória – PD 1535 de 19/11/2002 Falta, contudo, o pagamento da indenização para os ocupantes não-indios que ainda se encontram estabelecidos naquelas terras (FUNAI, 2007) Há um impasse fundado na discordância dos agricultores quanto a proposta de indenização apenas das benfeitorias e não das terras tal como ocorreu em 1985

Situado no município de Abelardo Luz, o Toldo Imbu abriga, atualmente, 19 famílias, totalizando uma população de aproximadamente 96 pessoas Em abril de 2007, o ministro da Justiça assinou Portaria Declaratória assegurando aos indigenas 1 965 hectares de terras localizadas no município de Abelardo Luz De acordo com a Funai, em 2007, a população no Toldo Imbu somava 101 indivíduos (FUNAI 2007b)

Esta area encontra-se identificada e delimitada Ha uma ação civil pública por parte do Ministério Público Federal contra o Ministério da Justiça e a Funai solicitando a regularização imediata destas terras Para tal, falta a portaria declaratória e a indenização de benfeitorias dos ocupantes não-indios que lá vivem (FUNAI, 2007a)

Localizada no município de Seara, distante 35 quilômetros da sede do município, a TI Pinhal conta com uma população aproximada de 117 pessoas<sup>8</sup>, compondo suas 30 famílias

Em 14 de maio de 1998, foi criada a TI Toldo Pinhal, com uma área de 880,07 hectares de terras Em 2003 o Grupo de Trabalho encarregado de analisar a situação identificou uma área de 4 846 hectares



como terra indígena. Contudo, somente em abril de 2007, Portaria Declaratória do Ministério da Justiça reconheceu 3 965,93 hectares (FUNAI, 2007a) que somados aos 880,07 hectares já regularizados atendem ao recomendado pelo GT acima referido.

No Toldo Pinhal, em 1999, havia 121 pessoas. Havia também a expectativa, a época, de que este número pudesse aumentar com o retorno de outras pessoas que se consideravam pertencentes aquela terra, o que levou os índios a manter sua posição – registrada no laudo antropológico<sup>9</sup> – sobre a demarcação de 8 890 hectares.

Os Kaingang hoje localizados na Aldeia Conda já viveram situação de penúria e insegurança quando estiveram abrigados em barracos cobertos com lona no centro de Chapeco. Eles sempre estiveram estabelecidos no centro de Chapecó, mas foi a partir da década de 1990, com o crescimento da cidade<sup>10</sup> que estes índios adquiriram visibilidade, motivando muitas polêmicas e discussões em diversos setores administrativos locais. Acusados de “sujos”, “preguiçosos”, promovedores de prostituição por alguns, ou defendidos por ONGs, CIMI e outras instituições, vivenciaram uma experiência extremamente negativa.

Sua transferência exigiu, preliminarmente, a elaboração de um estudo antropológico<sup>11</sup>, que comprovou a identidade indígena kaingang. O relatório decorrente deste estudo, intitulado “Identificação das famílias kaingang residentes na cidade de Chapecó” subsidiou as decisões posteriormente tomadas pela Funai, ou seja, a remoção para a atual área em que se encontram a Aldeia Conda.

No período em que foi elaborado o laudo antropológico, havia 212 pessoas<sup>12</sup>, constituídas em 64 famílias, residindo no centro de Chapeco. A maioria desta população era nascida em Chapeco, mas havia, entre eles, índios provenientes de Nonoai, Irai e Guarita. Na percepção dos Kaingang, residir em Chapeco significa que estão apenas circulando em seu território tradicional, que a seu ver não está restrito aos limites das TIs e tampouco aos limites estaduais ou municipais convencionados pela sociedade envolvente. Há outros valores e parâmetros que marcam os limites da área territorial indígena, associados ao seu corpo de crenças e mitos.

No que diz respeito à área, há ainda uma indefinição que vem prejudicando a organização do grupo. Por tratar-se de uma área

que sofrerá influência da construção da hidrelétrica Foz do Chapeco, houve um acordo entre o governo federal e o Consorcio Foz do Chapeco. Na ocasião, foi firmado um “termo de compromisso” no qual o empreendedor deverá adquirir 1 500 hectares de área para a formação da reserva indígena, cabendo à FUNAI adquirir o restante. A FUNAI já fez a aquisição de 305 03 hectares que vêm sendo ocupados pela comunidade indígena (FUNAI, 2007). Entretanto, o referido Consórcio até o momento, adquiriu apenas 943 hectares, totalizando assim uma área de 1 248 hectares<sup>13</sup>. É nesta área que os Kaingang estão vivendo, em condições precárias de habitação e sem espaço definido para plantar suas lavouras.

### **As terras kaingang e a produção de subsistência**

Na TI Xapeco, a instalação do posto indígena em 1941, marcou o início da exploração intensiva dos recursos das terras da reserva. A política de autofinanciamento implantada pelo órgão de assistência foi a justificativa para o arrendamento das terras a agricultores não indígenas, para a instalação de serraria, que promoveu a exploração da rica cobertura florestal da área e para a implementação de projetos agrícolas de cunho desenvolvimentista.

Em termos ambientais, pode-se constatar que a degradação ocorrida na TI Xapeco não foi diferente do restante da região. Assim, quando os indígenas dos toldos Chimbangue, Pinhal e Condá foram realocados para as áreas recuperadas na década de 1980 encontraram terras exauridas quanto à fertilidade, além da escassez de recursos florestais e animais, ambos necessários para a sua sobrevivência nos moldes tradicionais.

Não se pode deixar de mencionar, portanto, que a alteração ambiental afetou diretamente o modo de subsistência tradicional desse povo, baseada na coleta e na caça, enquanto a agricultura era considerada uma atividade secundária. Afirma Meliá

Não parece haver no sistema atual kaingang quase nenhuma continuidade com o sistema tradicional. Talvez por dois motivos: o primeiro é ecológico, fruto da redução das áreas de coleta e caça e o segundo é fruto da pressão da ideologia envolvente que não reconhece a coleta e a caça como importantes no processo produtivo. Consequentemente ocorreu o avanço da dependência da agricultura<sup>14</sup>.

Desaparecida quase totalmente a possibilidade da caça e da coleta, restou aos Kaingang, além da prática agrícola para o sustento das famílias, a venda da sua força de trabalho, executando serviços para os regionais como diaristas. Esta prática foi incentivada tanto pelo órgão de assistência, no caso da TI Xaçeco, quanto pelo contexto regional que era essencialmente agrícola – principalmente para os índios que viviam como agregados em terras de colonos, como ocorreu com os Kaingang do Toldo Chimbangue e do Toldo Pinhal.

As atividades agrícolas continuam organizadas em torno do grupo doméstico<sup>15</sup>, sendo esta uma prática usual de todas as famílias kaingang. A maior parte dos grupos domésticos realiza roças de pequenas dimensões, cultivando produtos como o milho, o feijão e o arroz, destinados em parte à comercialização, e produtos para o consumo familiar, como a abóbora, mandioca, batata doce, batatinha, amendoim, melancia, pepino e algumas verduras. No Toldo Pinhal e no Toldo Chimbangue produzem e comercializam também a erva mate.

A respeito da divisão das atividades de trabalho, há que se destacar que a produção de milho e feijão, potencialmente destinada ao mercado, e uma atividade desenvolvida pelos homens, por vezes em forma de “puxirão”<sup>16</sup>. Assim, cabe às mulheres kaingang cuidar da produção agrícola para autoconsumo, o que não as libera de prestar ajuda nas lavouras de milho e feijão.

Muitas famílias utilizam em suas roças a técnica do roçado e da queimada, fazendo, posteriormente, o plantio manual e, por vezes, empregando a tração animal. Existem ainda as lavouras realizadas com o recurso da mecanização, quando há equipamentos disponíveis.

Além das roças de pequena monta, há o plantio extensivo de soja e milho, na TI Xaçeco, realizado por poucas famílias. O cultivo extensivo nos moldes promulgados pela agricultura produtivista não tem sido fácil para os Kaingang, como, aliás, para todos os produtores familiares do país. Por tratar-se de um sistema que demanda altos investimentos, tanto em insumos, quanto em tecnologia, além de privilegiar a monocultura, opõe-se às formas tradicionais de agricultura.

Esta política agrícola teve como uma de suas consequências a perda de algumas práticas da cultura tradicional do grupo e sua inserção

no mercado regional. Em outros termos, o que se quer destacar e que ao “aderir” a esta agricultura produtivista, esses indígenas deixaram de transmitir os seus saberes tradicionais aos seus descendentes, como, por exemplo a prática da “coivara”<sup>17</sup>. Em consequência, necessitam dominar novos saberes, cuja complexidade exige conhecimentos técnicos desconhecidos pelos indígenas, além de recursos econômicos para a realização deste modelo de agricultura. Os próprios indígenas expressaram preocupação com a contaminação de suas fontes de água e a ocorrência de casos de intoxicação.

Outro aspecto a ser ressaltado diz respeito a perda da autonomia dos grupos familiares sobre o processo produtivo. Eles passam a depender diretamente de políticas governamentais que atendam as suas necessidades para produzir dentro do novo modelo. Esta dependência foi registrada ao longo do processo dos recorrentes projetos desenvolvimentistas implementados por meio da atuação assistencialista histórica da Funai. Assim, a cada safra, os Kaingang dependem de fornecimento de sementes e insumos agrícolas destinados a correção de solo, e ficam a mercê, muitas vezes, de auxílios provenientes de órgãos municipais, estaduais ou de associações com agricultores regionais para a implementação de suas lavouras.

Estudos recentes têm chamado a atenção sobre o modo de produzir camponês e indígena, que se retroalimenta do multiuso de seu próprio ambiente. Conforme Toledo

Em uma exploração camponesa típica o ambiente natural e o transformado convertem-se em uma complexa paisagem semelhante a um mosaico em que culturas agrícolas, *poúsios*, florestas primárias e secundárias, hortas domésticas, pastos e cursos d'água são segmentos de todo o sistema de produção [ ] Essa estratégia multiuso através da qual os camponeses mantêm e reproduzem seus sistemas produtivos constitui uma característica ecológica valiosa que tende a conservar os recursos naturais, garantindo a diversidade ambiental e biológica (Toledo 1998, p. 28).

No caso específico da TI Chimbangue, constatou-se que a atividade agrícola dos grupos domésticos depende de fornecimento de insumos que são obtidos junto a órgãos estaduais, municipais e federais. Esse grupo executa as lavouras com o auxílio de um trator em terras de topografia adequada para tal, mas, em grande maioria, indicam que

há insuficiência de equipamentos agrícolas de crédito e de incentivos. Essa insuficiência é demonstrada no reduzido número de famílias (um total de 20), que recebem apoio para a realização das lavouras através do Pronaf. Este apoio é de R\$ 1 000,00 por família a cada safra.

Apesar da precariedade, ainda assim há famílias que se “destacam” – como expressou um técnico agrícola –, havendo na TI Chimbangue uma família que colheu 80 sacas de feijão, 60 sacas de soja e 500 sacas de milho na safra 2002/03. Conforme o mesmo técnico, “trata-se de um bom plantador”, o que torna evidente que esta não é a regra.

Quanto aos equipamentos destinados à produção agrícola, constatou-se que na TI Xaçepó o preparo de terras através da mecanização ocorre especialmente nas aldeias Sede, Pinhalzinho e Linha Guarani. Nesta TI há três tratores, uma colheitadeira, uma plantadeira, um pulverizador, uma grade, um caminhão, uma carreta agrícola e uma roçadeira. Parte deste equipamento pertence a Cooperindígena. As TIs Pinhal e Toldo Chimbangue dispõem de apenas um trator cada, além de juntas de boi, arados, grades e plantadeiras, uma vez que boa parte das lavouras é realizada com a utilização de tecnologia simples.

No que diz respeito ao apoio técnico, apenas na TI Xaçepó constatou-se a presença de técnico agrícola remunerado pela comunidade atuando na aldeia Sede. Nas aldeias Água Branca e Pinhalzinho, técnicos agrícolas são remunerados pela prefeitura do município. As demais TIs, como Toldo Imbu, Toldo Pinhal e Toldo Chimbangue e Aldeia Conda, não têm recebido com regularidade a orientação de técnico agrícola, o que resulta em descontentamento por parte dos indígenas, que expressam, inclusive, a necessidade de um técnico que oriente para uma agricultura orgânica, diferente daquela própria do modelo produtivista.

Dentre os apoios recebidos para a realização das lavouras, os indígenas de todas as TIs destacaram o recebimento de sementes como um recurso importante para todas as unidades familiares. Contudo, registraram que tal auxílio fornecido pela Funai, prefeituras municipais e órgãos estaduais tem sido insuficiente do ponto de vista quantitativo.

Nesta perspectiva, cabe fazer uma reflexão sobre a seguinte questão: ao se incentivar a agricultura de grande extensão e produtivista, não se estaria colocando em risco a agricultura diversificada tradicional dos Kamgang? Com os incentivos direcionados a produção de soja não

incentivamos, por exemplo, o cultivo de produtos comercialmente valorizados em detrimento dos produtos destinados ao consumo do grupo, de caráter sustentável ou seja, aqueles baseados nos conhecimentos tradicionais de práticas menos predadoras do ponto de vista ambiental. Por outro lado, os dados indicam que apenas parte das famílias utiliza o modelo produtivista o que revela também, que há privilégio para alguns no uso da terra – concebida como comunitária – em detrimento da maioria. Essas questões indicam que são necessários estudos mais aprofundados para avaliar os benefícios e os danos consequentes dessa prática agrícola para os Kaingang.

A TI Xapeco, em particular, confirma de modo exemplar o que se acabou de afirmar. A última iniciativa tomada nesta direção foi a criação de uma cooperativa, com 25 sócios fundadores, denominada “Cooperindígena”. Voltada ao cultivo em grande escala de produtos valorizados comercialmente, essa cooperativa tem contado com financiamentos do Banco do Brasil. Segundo Fernandes (2001, p. 60) na safra 2000/01 “a cooperativa atendeu pequena parcela da comunidade (15% das famílias indígenas) [ ] e utilizou terras de algumas famílias para o desempenho das lavouras mecanizadas [ ]”. Também por meio da Cooperindígena, foram repassados os financiamentos provenientes do PRONAF para um total de 350 famílias kaingang na safra 2002/03.

A constituição da Cooperindígena é uma experiência relativamente nova, que tem envolvido poucos grupos domésticos. Em passado recente dessa TI, experiência similar teve como consequência o favorecimento de poucas famílias, especialmente as mais identificadas com esse modelo produtivista, em detrimento da maior parte do conjunto delas, razão pela qual a iniciativa merece maior acompanhamento e fiscalização.

Não se pode esquecer que além das famílias que estão diretamente vinculadas à Cooperindígena, mantêm-se, na TI Xapeco, a agricultura praticada pelos grupos domésticos e o assalariamento interno e externo. Contudo, há indicações de que algumas famílias sentiram-se prejudicadas ao verem suas terras de cultivo sendo apropriadas para a realização de lavouras destinadas exclusivamente ao comércio. Destaque-se aqui que tais terras têm uso tradicional, respeitando-se acordos de ocupação socioespacial implantados há muito tempo.

Outro aspecto a que se deve chamar a atenção e que tal agricultura viabiliza, indiretamente, a apropriação de terras indígenas como recurso produtivo que se integra à produção agrícola do município

É importante lembrar que os recursos da TI, incluindo suas terras, são patrimônio de todas as famílias ali estabelecidas. A exploração produtivista não necessariamente deve ser evitada, mas é importante garantir às famílias não participantes daquele sistema que recebam compensações que poderiam ser traduzidas por maior apoio na realização de suas lavouras tradicionais. Há, portanto, que se respeitar o modo e a quantidade a se produzir dos diferentes grupos domésticos, considerando-se que produzir para comercializar pode não ser o desejo de todos. Vale, também, ressaltar que, apesar de se tratar de um único grupo étnico, há entre estes indígenas aqueles que se identificam mais com a cultura tradicional e outros que assimilaram valores da cultura não indígena. Neste contexto, recomenda-se o apoio a ambas as formas de produção, implantando-se políticas públicas que atendam as famílias desprivilegiadas que vivem nesta TI, conforme expressa Fernandes (2001, p. 62)

Quanto a comercialização, os produtos são vendidos nas imediações das TIs. Se em grande quantidade, a comercialização se dá junto às cooperativas, aos cerealistas e a grandes comerciantes. Se em pequena quantidade, a produção é utilizada, também, na troca de produtos junto aos comerciantes próximos da TI ou que estão estabelecidos no interior da área indígena.

As famílias kaingang participam também de feiras, sendo apoiadas e incentivadas por ONGs, prefeitura municipal de Chapecó, Funai e outras instituições. Entre essas feiras, há uma que merece destaque. Trata-se da Feira Agroecológica realizada em Chapeco, apoiada pela Unochapeco, ocasião em que 15 famílias kaingang da TI Conda vendem seus artesanatos, produtos agrícolas e ervas medicinais. Por tratar-se de uma iniciativa da universidade, há o envolvimento de professores e alunos dos cursos de Ciências Agrícolas e Agronomia, que participam da organização providenciando, inclusive, transporte para os indígenas.

Dentre as fontes de renda indicadas pelos Kaingang de todas as áreas, são invariavelmente lembrados os “benefícios” do INSS (apo-

sentadorias rurais) as pensões, os auxílios à natalidade e à deficiência física como recursos indispensáveis para a sobrevivência. São também mencionados os salários dos indígenas que pertencem aos quadros de funcionários da FUNAI, os contratos da Funasa, e das Secretarias estaduais e municipais de Educação<sup>18</sup>

Esses recursos são fundamentais para os grupos domésticos, pois garantem a subsistência tanto de famílias nucleares quanto extensas. Constatou-se que grande parcela desses rendimentos são gastos na aquisição de gêneros alimentícios, como banha, café, açúcar, sal, farinha de milho, arroz, feijão, macarrão, trigo, leite em pó, doces, carne, além de roupas e produtos de limpeza e higiene, adquiridos em casas comerciais localizadas no interior e fora da TI.

Além disso, os indígenas retiram desses mesmos recursos uma pequena parte para financiar suas próprias roças. Em alguns casos, os recursos advindos das fontes acima citadas servem como crédito junto ao comércio local, que lhes adianta os insumos agrícolas quando necessário.

Por outro lado, na reprodução das unidades familiares, a venda da força de trabalho tem sido estratégia recorrente em todas as TIs, ainda que a atividade ocorra em menor escala na Aldeia Condá. A venda da força de trabalho não é uma prática nova. Os indígenas trabalham como diaristas ou por empreitada nas lavouras dos regionais em serviços como a quebra e a colheita do milho, colheita do feijão e limpeza de roças. Nessa relação de trabalho, os indígenas não mantêm nenhum vínculo empregatício com os agricultores que os empregam, o que traz vantagens para o contratante, que se libera dos encargos sociais demandados por esses tipos de contrato.

Ha, ainda, indígenas que trabalham em aviários como carregadores de frango, também como coletores de maçãs em áreas circunvizinhas às TIs. Trabalham, ainda que esporadicamente, no corte de erva mate e na produção de milho para semente.

Essas atividades, porém, são limitadas pelo calendário agrícola, e estão disponíveis apenas em determinados períodos do ano. Os indígenas indicaram, invariavelmente, que no período da entressafra têm maior necessidade de alimentos, trazendo consequências para a saúde. Há que se lembrar ainda, que nos últimos 30 anos, a região



em que se encontram inseridas as TIs sofrem significativa mudança no processo de produção agrícola. A introdução do modelo produtivista com a adoção do sistema mecanizado diminuiu bastante a oferta de trabalho tanto para os regionais quanto para os indígenas.

Outra fonte de recursos a ser mencionada diz respeito à exploração efetivada por indígenas de jazida de pedras semipreciosas na TI Xaçeco, para os quais esta atividade constitui outra fonte de renda.

Dentre as alternativas de trabalho temporário que se têm apresentado aos Kaingang mais especificamente para os da TI Xaçeco, destaca-se a contratação de mão-de-obra indígena no período de construção da hidrelétrica Quebra Queixo<sup>19</sup>, situada no rio Chapeco, a dez quilômetros dos limites atuais dessa TI.

A notícia da implantação desse empreendimento gerou expectativa entre os Kaingang sobre a possibilidade de executar algum trabalho na obra que lhes rendesse um adicional no sustento de suas famílias, o que efetivamente ocorreu, mas não na dimensão esperada. Vale lembrar que esta hidrelétrica está situada dentro da área reservada aos Kaingang em 1902, o que lhes dá entendimento de que estariam trabalhando dentro de suas terras tradicionais.

Inserir-se como trabalhador assalariado rural na sociedade regional ou no interior da TI não é o desejo, nem faz parte da tradição kaingang. Trata-se, na verdade, de um último recurso a que os indígenas têm recorrido sistematicamente por falta de outras opções.

São as redes de sociabilidade desenvolvidas entre os indígenas e os moradores regionais que garantem o acesso ao trabalho temporário. No caso da Aldeia Conda, cujas redes ainda estão pouco estabelecidas, dada a indefinição em relação à terra, esse tipo de trabalho é praticamente ausente, restando-lhes apenas a alternativa do artesanato.

Diferentemente de outras atividades que apresentam sazonalidade, a confecção de objetos em taquara e cipo, tradicional entre os Kaingang, ocorre com intensidade variável durante todo o ano, o que assegura recursos para as famílias nos períodos de escassez.

Na TI Conda, a produção do artesanato é considerada a principal atividade. Na TI Xaçeco, esta atividade representa menos de 5% da renda familiar, e na TI Chumbangué está restrita a eventuais encomendas de cestos e balaios por parte dos regionais.

Um aspecto dessa produção artesanal que merece ser ressaltado diz respeito ao controle que as famílias indígenas mantêm sobre o processo produtivo. A tecnologia utilizada na confecção de peças e tradicional transmitida as novas gerações no interior das unidades domésticas. Contudo, reclamam da falta de matéria-prima no interior das TIs, havendo, por vezes, necessidade de contratar um caminhão para transportá-los a locais distantes para extrair os cipos e taquaras de que necessitam para produzir o artesanato.

Fica evidente a necessidade de uma revisão das atuais políticas de gerenciamento e estímulo da produção indígena em seus diferentes setores para que se possa, a partir de um detalhado diagnóstico, reorientar algumas delas em direção à inclusão, de modo sustentável, da totalidade da população das diferentes terras indígenas Kaingang de Santa Catarina.

### **Considerações finais**

O processo de colonização do oeste catarinense promovido pelo governo brasileiro, em sua fase mais recente, atraiu para a região imigrantes agricultores oriundos, na maioria, do Rio Grande do Sul. A presença destes novos habitantes acentuou as transformações de ordem ambiental, que vinham ocorrendo e, em consequência, provocou profundas transformações na cultura dos povos indígenas do local.

A omissão e a incompetência do Estado brasileiro no que se refere ao direito dos indígenas possibilitou aos colonos a apropriação dessas terras, bem como o seu registro de propriedade. Para os Kaingang restaram, além da expropriação das terras, o decréscimo populacional e ainda o confinamento em reduzidos espaços do oeste catarinense. Somente na década de 1980, com a democratização do país, é que os movimentos indígenas encontraram condições para recuperar parte de suas terras.

O presente estudo constatou que a situação socioeconômica dos Kaingang que hoje habitam as TIs de Santa Catarina não apresenta melhorias significativas de sua condição social. Registrou ainda que eles reivindicam políticas públicas que ofereçam orientação técnica, financiamentos e projetos sustentáveis para desenvolver suas atividades agrícolas. Contudo, entende-se que a política pública voltada para a produção agrícola deveria respeitar as especificidades da cultura indígena.

na, viabilizando projetos alternativos ao modelo agrícola produtivista com o qual apenas parte das famílias indígenas se identifica

Quanto as reivindicações atuais para a recuperação de parcela de suas terras registra se a inoperância do Estado brasileiro na solução dessas questões. Em parte, o protelamento da solução se deve a resistência daqueles que ocupam as terras indígenas, por vezes apoiados por políticos locais com os quais cultivam relações clientelísticas

No que se refere às sociedades indígenas, a Constituição de 1988 reconheceu direitos sociais entre os quais o direito a terra de uso tradicional. Para que tal direito fosse incluído na “Constituição Cidadã” houve o envolvimento, principalmente dos povos indígenas do território nacional, mas também da sociedade civil que se pronunciou através de diversos movimentos sociais

Concluindo, e preciso enfatizar que os direitos constitucionais devem ser garantidos a todos os cidadãos brasileiros, incluindo-se, entre estes, os povos indígenas, com os quais o Estado brasileiro possui uma dívida histórica. Afinal, somos um país multiétnico, e é assim que devemos nos identificar e nos respeitar

## Notas

- <sup>1</sup> A realização da pesquisa da qual resultou este livro foi estimulada pelo professor Sílvio Coelho dos Santos – coordenador do Núcleo de Estudos sobre Populações Indígenas (NEPI) do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da UFSC
- <sup>2</sup> Sobre o processo de expropriação das terras dos indígenas em Santa Catarina veja-se especialmente os trabalhos de Santos (1970, 1978, 1981, 1985, 2003)
- <sup>3</sup> Os Kaingang encontram-se localizados em 28 TIs – duas no Estado de São Paulo, 11 no Estado do Paraná, quatro no Estado de Santa Catarina e 11 no Rio Grande do Sul. No estado catarinense – as TIs Xapeco, Toldo, Pinhal, Toldo Chimbangue e Rio dos Pardos estão sob a responsabilidade da ADR/Funai de Chapeco. Esta ADR atende ainda a TI Palmas – localizada no Estado do Paraná e a TI Nonoai – situada no Estado do Rio Grande do Sul
- <sup>4</sup> Não foram computados neste total 260 indígenas residentes na cidade de Chapeco categorizados como “desaldeados” nos registros da Funai
- <sup>5</sup> O crescimento populacional desta TI pode ser acompanhado pelos seguintes registros: em 1969 a população somava um total de 1.010 indivíduos (Santos, 1970); em 1980 consistia em 1.864 pessoas (Nacke, 1983) e em 1995 totalizava 3.214 indivíduos. Em 2007 dados da Funai indicam a presença de 4.768 da etnia Kaingang e apenas 60 da etnia Guaraní
- <sup>6</sup> Sobre o processo de recuperação dessas terras veja-se o Laudo Antropológico elaborado pelas antropólogas Ana Lange (Funai), Aneliese Nacke (UFSC) e Neusa

Maria Sens Bloemer (UFSC) (1984)

- <sup>7</sup> Em 1985 por ocasião da elaboração do Laudo Antropológico residiam nestas terras 90 pessoas em 1995 esta população indígena era de 222 indivíduos (Bloemer e Nacke 1995) e atualmente somam 434 indivíduos (FUNAI 2007b)
- <sup>8</sup> Dados coletados por Cabral Jr (1993) indicam 35 famílias vivendo nessa área Atualmente residem nesta Terra Indígena 121 indivíduos (FUNAI 2007b)
- <sup>9</sup> Este Laudo Antropológico foi elaborado pelo antropólogo Ricardo Cid Fernandes a partir da nomeação da Funai pela Portaria n° 020/PRES (18/01/2002) Atualmente ha um processo na justiça aguardando análise e emissão de portaria declaratoria (FUNAI 2007a)
- <sup>10</sup> E preciso dizer que as cidades exercem grande fascínio sobre as populações indígenas em geral visto que concentram a tecnologia do branco os grandes espaços de compra e venda [ ] as cidades com seus ícones da civilização concentram e expressam o poder simbólico do homem branco (Tommasino 2000 p 38)
- <sup>11</sup> O estudo foi realizado por solicitação da FUNAI – ADR de Chapeco/SC em 1988 pela equipe multidisciplinar de antropólogos Kimiye Tommasino Vilson A. Cabral Jr Jussara Cappucci Marcelo C. Rosa Marco A. Dinham
- <sup>1</sup> Residem nesta TI atualmente 327 pessoas (FUNAI 2007b)
- <sup>13</sup> Essas terras dependem ainda de regularização A compra do restante da área 1 052 hectares ainda deve ser efetivada (FUNAI 2007a)
- <sup>14</sup> Palestra intitulada Economia Tradicional Guarani e Kaingang proferida no Encontro sobre Agricultura Indígena realizado nos dias 11 a 14 de agosto de 1988 em Curitiba/PR promovido pelo CIMI Regional Sul
- <sup>15</sup> Grupo doméstico e essencialmente uma unidade de família e de economia doméstica organizada para prover recursos materiais e culturais necessários para manter e criar seus membros (Fortes 1974 p 87)
- <sup>16</sup> Trata-se de uma prática de ajuda mútua utilizada pelos Kaingang para realizar as roças dos produtos potencialmente comercializáveis como milho e feijão E indicado também como um momento de socialização
- <sup>17</sup> De acordo com Steward (1948) e Santos *et al* (1998) a coivara ou queimada indígena é um sistema ecologicamente adaptado a utilização do solo florestal Ela é praticada numa área limitada que depois de alguns anos é abandonada convertendo o local numa mata secundária beneficiada com algumas espécies de uso humano A aplicação que os descendentes europeus fizeram da queimada e que deve ser criticada a medida que inviabiliza a regeneração das matas
- <sup>18</sup> Entre as atividades profissionais desenvolvidas constata-se as de motorista tratorista técnico agrícola engenheiro agrônomo agente sanitário agente de saúde auxiliar de enfermagem professora merendeira diretora de escola
- <sup>19</sup> A hidrelétrica Quebra Queixo foi implantada no rio Chapeco afluente do rio Uruguai nas divisas dos municípios de São Domingos e Ipuacu (SC) tendo provocado o deslocamento de 135 famílias aproximadamente Sua potência instalada é de 120 MW

## Referências

- BLOEMER Neusa M Sens NACKE Aneliese Revisitando o Toldo Chimbangue *Revista de Antropologia* São Paulo Universidade de São Paulo v 39 n 2 p 199 218 1995

- BRASIL Constituição (1988) *Constituição da República Federativa do Brasil*  
Brasília DF Senado 1998
- CABRAL JUNIOR Wilson Antônio *Uma constelação permeada de tensão*  
Kaingang e colonos no Pinhal Trabalho de Conclusão de Curso (Gradua-  
ção em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais Universida-  
de Federal de Santa Catarina Florianópolis 1993
- FERNANDES Ricardo Cid *Laudo antropológico* impactos da UHE Quebra  
Queixo sobre a terra indígena Xapeco Florianópolis 2001
- FERNANDES Ricardo Cid *Laudo antropológico* re estudo dos limites da terra  
indígena Toldo Pinhal Florianópolis 2003
- FORTES M O ciclo do desenvolvimento do grupo doméstico *Cadernos de*  
*Antropologia* Brasília Ed da UnB n 6 1974
- FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO (FUNAI) Situação fundiária das terras  
indígenas jurisdicionadas a AER Chapeco 2007a Impresso
- FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO (FUNAI) *Terras e populações indígenas em*  
*Santa Catarina* 2007b Texto digitado
- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA) Ministério da Saúde *Polí-  
tica Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas* Brasília 2000
- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA) Ministério da Saúde *Re-  
latorio das principais atividades e resultados – 1999 a 2002* Brasília dez 2002
- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA) IDSI *Plano Distrital de Sau-  
de* Coordenação Regional de Santa Catarina Distrito Sanitário Especial  
Indígena Interior Sul 2003
- MELIA Bartolomeu Economia tradicional Guarani e Kaingang In EN-  
CONTRO SOBRE AGRICULTURA INDIGENA 1988 CIMI Regional Sul  
Curitiba 11 a 14 de agosto *Anais* Curitiba 1988
- NACKE Aneliese BLOEMER Neusa M Sens LANGE Ana *Laudo antropo-  
lógico Toldo Chumbanguê* Florianópolis UFSC Brasília Funai 1984
- NACKE Aneliese *O índio e a terra* a luta pela sobrevivência no PI Xapeco  
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ci-  
ências Humanas Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis  
1983
- OLIVEIRA R C de *Identidade étnica e estrutura social* São Paulo Pioneira  
1976
- PIAZZA Walter Fernando *Santa Catarina* sua história Florianópolis Ed da  
UFSC Lunardelli 1983
- RENK Arlene Território e alteridade construções sociais do oeste catarin-  
ense In NACKE Aneliese et al *Os Kaingang no Oeste Catarinense* tradição  
e atualidade Chapeco Argos 2007
- SANTOS Sílvio Coelho dos *A integração do índio na sociedade regional* Fló-  
riana Ed da UFSC 1970
- SANTOS Sílvio Coelho dos Indigenismo e expansão capitalista faces da  
agonia Kaingang *Cadernos de Ciências Sociais* Departamento de Ciências  
Sociais da UFSC Florianópolis v 2 n 2 1981

- SANTOS Sílvio Coelho dos *Os povos indígenas e a Constituinte* Porto Alegre Movimento Florianópolis Ed da UFSC 1989
- SANTOS Sílvio Coelho dos et al (Org ) *Sociedades indígenas e o Direito uma questão de direitos humanos* Florianópolis Ed da UFSC CNPq 1985
- SANTOS Sílvio Coelho dos et al *Estudo etnográfico da usina hidrelétrica Machadinho* Florianópolis UFSC 1998 Relatório Final Fapeu Projeto 145
- STEWART Julian H Culture areas of the tropical forests In \_\_\_\_\_ (Ed ) *Handbook of South American Indians the tropical forest tribes* Washington DC Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology 1948 v 3 p 883 899
- TOLEDO Victor M A racionalidade ecológica da pequena produção camponesa *Agroecologia e Desenvolvimento* p 18 26, 1998
- TOMMASINO Kímiye *A história dos Kaingang da Bacia do Tibagi uma sociedade Jê Meridional em movimento* Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia Universidade de São Paulo São Paulo 1995
- TOMMASINO K Apresentação In MOTA L T (Org ) *As cidades e os povos indígenas mitologias e visões* Maringá EDUEM 2000